

DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS À PREVENÇÃO COMBINADA AO HIV ENTRE AS JUVENTUDES

Eixo Temático Juventudes Contemporâneas: articulações com estudos culturais, gênero e sexualidade

Bruno Kauss ¹
Fernando Seffner ²

RESUMO

Na historicidade dos direitos humanos, a epidemia de HIV/aids provocou mudanças significativas na proteção jurídica da sexualidade, soerguendo a categoria dos direitos sexuais e beneficiando grupos sociais historicamente marginalizados nas políticas públicas. O presente trabalho, de cunho exploratório e ensaístico, é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento na área da educação, em conexão com o campo dos direitos humanos e saúde. No âmbito da educação em direitos humanos, busca discutir a importância da pedagogia da prevenção da aids para atualizar as estratégias de prevenção ao HIV/aids para as juventudes no Brasil. Pretende-se colocar em diálogo os campos da educação, prevenção em saúde e direitos humanos. Acredita-se que a educação em direitos humanos, com recorte para o direito à prevenção, é um motor essencial à redução das vulnerabilidades de jovens ao HIV e à aids. No mais, argumenta para a necessidade de reinventar a educação em direitos humanos para o direito à prevenção, considerando suas múltiplas realidades e interseccionalidades que compõem o universo das juventudes.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Prevenção Combinada ao HIV; Juventudes.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a agência da sociedade civil organizada incorporou abordagens educativas na prevenção ao HIV e à aids, baseadas em direitos humanos e na redução das vulnerabilidades ao HIV. A pedagogia da prevenção da aids, inspirada na atuação dos movimentos sociais, buscou desenvolver uma metodologia para a tomada de decisões sobre

¹ Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalho resultado de pesquisa de doutorado em andamento. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – RS, kauss.bruno@gmail.com.

² Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Departamento de Ensino e Currículo – Líder do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – GEERGE – RS, fernandoseffner@gmail.com.

cuidados com a saúde sexual de forma autônoma, consciente e segura. Inspirada nas bases conceituais da pedagogia do oprimido (FREIRE, 2019), a pedagogia da prevenção ao HIV parte da ideia de que a prevenção “não se ensina”, mas é construída numa relação entre o sujeito, seus pares e o contexto social.

Tais estratégias consideraram aspectos fundamentais como o respeito à autonomia e à compreensão das diferentes realidades das juventudes, promovendo pedagogias críticas sobre temas como prevenção, sexualidade e direitos humanos. Com processo de precarização da sociedade civil organizada, criaram-se lacunas com a ausência de estratégias customizadas para o público em questão e o soerguimento de abordagens que não contemplam a complexidade das juventudes.

O presente trabalho, de cunho exploratório e ensaístico, é fruto de uma pesquisa de doutorado e encontra-se em andamento, em conexão com o campo dos direitos humanos e saúde. No âmbito da educação em direitos humanos, o trabalho busca discutir a importância da pedagogia da prevenção da aids para atualizar as estratégias de prevenção ao HIV/aids para as juventudes no Brasil. Nesse intuito, elegem-se como eixos teóricos norteadores: a educação em direitos humanos e a promoção da prevenção em saúde para as juventudes.

A prevenção combinada ao HIV, a difusão de conhecimento em HIV e aids para jovens, exige instrumentos pedagógicos de acesso à informação seguros e espaços de escuta e discussão sobre direitos humanos, saúde e sexualidade. Para tanto, o trabalho está subdividido em duas partes, a saber, a primeira a discutir a constituição do direito à prevenção no campo dos direitos humanos e a partir da epidemia de HIV/aids; para, num segundo momento, discutir as potencialidades de uma pedagogia da prevenção às juventudes, com base na abordagem do direito à prevenção.

DIREITO À PREVENÇÃO

Na evolução dos direitos humanos, a proteção jurídica da sexualidade passou a ser pensada devido ao envolvimento ativo de diversos atores e instituições, em especial no combate às violências motivadas por gênero e sexualidade (MANN, 1996). A epidemia de aids teve um papel significativo para essa proteção, em razão das omissões e violências motivadas pelo estigma e discriminação e que atingiram, em especial, grupos sociais já marginalizados. Nesse contexto, ganha força a categoria dos direitos sexuais com a finalidade de assegurar a proteção da sexualidade, de seus fenômenos e diferentes expressões (RIOS, 2006).

O debate sobre o reconhecimento de direitos sexuais ganhou força no contexto da epidemia de aids nos anos oitenta, em razão de uma série de violações relacionadas às

expressões de gênero e sexualidade. A consolidação normativa dos direitos sexuais se deu, na esfera internacional, por meio da Conferência sobre População e Desenvolvimento (CIPD), ocorrida no Cairo em 1994, e na Conferência Internacional sobre Mulheres (CIM), ocorrida em Pequim em 1995, na China.

Do enfrentamento da violência motivada pelo gênero e expressões sexuais ao acesso aos insumos básicos de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (IST); da educação em saúde sexual e reprodutiva ao acesso à terapia hormonal para pessoas trans, os direitos sexuais passaram a ser traduzidos em diversas frentes. Nesse sentido, a prevenção como direito ou direito à prevenção às juventudes constitui um tema sensível, especialmente quando discutida no âmbito da educação. Todavia, o direito à prevenção e o direito à educação necessitam de ações articuladas.

Na prevenção ao HIV, a garantia do acesso à saúde e à educação, enquanto direitos humanos fundamentais, exigem prestações estatais positivas e articuladas com para a sua concretização, especialmente no contexto de mudanças em relação à abordagem das políticas de prevenção. A incorporação de novas tecnologias, direitos humanos, bem como o contexto político e cultural têm provocado tais mudanças. Diante da insuficiência do conceito de risco e sob a influência da abordagem de direitos humanos, o conceito de vulnerabilidades sociais ganhou maior destaque na formulação das respostas ao HIV.

A compreensão das vulnerabilidades sociais também foi crucial para a abordagem da prevenção combinada ao HIV, a qual busca produzir respostas baseadas em “direitos, informados pelas evidências e pertencentes às comunidades, que usam um mix de intervenções biomédicas, comportamentais e estruturais, para responder às necessidades de prevenção de indivíduos e comunidades específicas” (UNAIDS, 2010, p. 7). Em 2013, o Estado brasileiro adotou as diretrizes da prevenção combinada ao HIV no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo desde então o uso simultâneo de diferentes métodos de prevenção, aplicadas em múltiplos níveis, com enfoque nas populações-chave e grupos prioritários, entre os quais estão adolescentes e jovens (BRASIL, 2018). Contudo, estudos demonstram que ainda há muitos desafios à concretização de determinadas estratégias da prevenção combinada ao HIV, incluindo a articulação entre sexo, cuidado e direitos humanos (FERRAZ et al., 2019; FERRAZ; PAIVA, 2015; KAUSS et al., 2020; ZUCCHI et al., 2018).

A prevenção combinada ao HIV é uma estratégia com alta potencialidade de redução dos casos de HIV e aids entre os jovens, ao considerar direitos básicos como respeito à autonomia e a compreensão das realidades. Nesse sentido, estratégias pedagógicas produzidas

pela sociedade civil organizada, como a pedagogia da prevenção da aids, podem constituir importantes ferramentas para traduzir os conhecimentos para o público jovem.

PEDAGOGIA DA PREVENÇÃO BASEADA EM DIREITOS HUMANOS

Na trajetória dos direitos humanos, a epidemia de aids provocou mudanças significativas na proteção da sexualidade, soerguendo os direitos sexuais e gerando políticas públicas para grupos sociais historicamente marginalizados. A agência da sociedade civil organizada foi muito importante para traduzir conhecimentos e implementar ações customizadas para esses grupos, com uma abordagem que privilegiou a autonomia, as realidades locais e os direitos humanos.

A chamada “pedagogia do tratamento” foi utilizada ao longo dos anos 90 por grupos de ativistas de aids nos Estados Unidos como *Gay’s Men’s Health Crisis* (GMHC) e ACT UP (GAVIGAN et al., 2015). O conhecimento vernacular (*vernacular knowledge*) na prevenção à aids foi incorporado como uma maneira de alinhar as mensagens de saúde sexual dentro da compreensão compartilhada de homens gay e jovens sobre práticas sexuais, papéis de gênero, costumes e convenções da comunidade, entre outros conhecimentos compartilhados sobre sexo e sexualidade (MARTOS, 2015).

Como ferramenta de educação em saúde, a pedagogia do tratamento, aqui atualizada para pedagogia da prevenção, inspirada na pedagogia do tratamento, é uma estratégia de intervenção dos movimentos sociais organizados, que nasceu da exigência de acesso à terapia antirretroviral nos primórdios da epidemia de aids e com foco nas populações mais vulneráveis (MARTOS, 2015; PAIVA, 2000). O ativismo da sociedade civil organizada foi crucial para a construção da pedagogia da prevenção da aids, que em níveis práticos e teóricos, desenvolveu uma pedagogia da sexualidade, sob o prisma dos direitos humanos. Em campanhas, oficinas, entre outras ações, utilizou-se de metodologias comunitárias, levando em conta as reais necessidades das pessoas, seus contextos e direitos, criando as bases para uma pedagogia da prevenção da aids.

Na pedagogia da prevenção da aids, o debate sobre questões de sexualidade para jovens no âmbito da saúde ainda possui muitas barreiras (BELLENZANI, 2012). Na área da educação, a realidade não é muito diferente. A atuação docente em questões de sexualidade na escola pública é um tema delicado e envolve reconhecer que as categorias conceituais utilizadas para falar desse tema são também categorias de ação política e de regramento moral (SEFFNER, 2020).

Ao passo em que há dificuldades para educação em saúde na temática da sexualidade para jovens, as políticas de prevenção ao HIV seguem na ampliação da oferta de novos métodos elegíveis ao público jovem, considerado prioritário para a prevenção combinada ao HIV. Um paradoxo, quando observadas as resistências em respeitar o direito à prevenção desse público. Na contramão dos avanços científicos recentes, os dados epidemiológicos demonstram que a epidemia de HIV recrudescer entre jovens, especialmente aqueles considerados pardos e negros, homo ou bissexuais, afetando também de modo desproporcional pessoas trans e travestis.

A pedagogia da prevenção da aids é uma importante ferramenta para a educação em direitos humanos e materialização da prevenção combinada ao HIV às juventudes. A efetividade da prevenção combinada ao HIV e de novos métodos para as juventudes, em parte, exige um olhar sensível para as experiências comunitárias com educação em direitos humanos e para redução das vulnerabilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da educação em direitos humanos, o presente trabalho, de forma exploratória e ensaística, buscou discutir a importância da pedagogia da prevenção da aids para atualizar as estratégias de prevenção ao HIV/aids para as juventudes no Brasil. No cenário de expansão da prevenção combinada ao HIV e novos métodos para jovens no Brasil, a pedagogia da prevenção da aids, no âmbito da educação em direitos humanos, representa uma importante ferramenta para mobilizar as juventudes. A experiência da sociedade civil organizada revela que abordagens críticas sobre a sexualidade contribuíram significativamente para a redução das desigualdades e no enfrentamento das situações de estigma e discriminação.

Nas políticas públicas de educação, a negligência, desconexão ou promoção de estratégias desconectadas das realidades das juventudes podem reforçar a culpa e o estigma, prejudicando o acesso à prevenção de jovens como um direito humano. A educação em direitos humanos, com recorte para o direito à prevenção, é um motor essencial à redução das vulnerabilidades de jovens ao HIV. No mais, é necessário reinventar a educação em direitos humanos para a prevenção com enfoque em jovens, considerando as múltiplas realidades e interseccionalidades que compõem o universo das juventudes.

REFERÊNCIAS

BELLENZANI, R. Saúde e direitos: vulnerabilidades à saúde sexual juvenil em comunidades litorâneas brasileiras. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 13, n. 2, p. 459–479, 2012.

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV**. Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-profilaxia-pre-exposicao-prep-de-risco>>. Acesso em: 26 ago. 2020
- FERRAZ, D. et al. AIDS- and sexuality-related stigmas underlying the use of post-exposure prophylaxis for HIV in Brazil: findings from a multicentric study. **Sexual and Reproductive Health Matters**, v. 27, n. 3, p. 1650587, nov. 2019.
- FERRAZ, D.; PAIVA, V. Sexo, direitos humanos e AIDS: uma análise das novas tecnologias de prevenção do HIV no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, p. 89–103, set. 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 75ª edição ed. [s.l.] Paz & Terra, 2019.
- GAVIGAN, K. et al. **Pedagogia da Prevenção: reinventando a prevenção do HIV no século XX**. , 2015. Disponível em: <<https://abiids.org.br/pedagogia-da-prevencao/28753>>. Acesso em: 25 ago. 2022
- KAUSS, B. et al. Reincidentes en el cuidado, pero sin derecho a la prevención: un análisis de la oferta de la profilaxis posexposición sexual al VIH en Porto Alegre, Brasil. **Salud Colectiva**, v. 16, p. e2463, 27 abr. 2020.
- MANN, J. Saúde pública e direitos humanos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 6, p. 135–145, 1996.
- MARTOS, A. Vernacular knowledge and critical pedagogy: conceptualising sexual health education for young men who have sex with men. **Sex Education**, v. 16, p. 1–15, 1 out. 2015.
- PAIVA, V. **Fazendo Arte com a Camisinha: sexualidades jovens em tempos de aids**. São Paulo: Summus, 2000.
- RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 26, p. 71–100, dez. 2006.
- SEFFNER, F. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 28, p. 75–90, 29 jul. 2020.
- UNAIDS. JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS. **Combination HIV Prevention: Tailoring and Coordinating Biomedical, Behavioural and Structural Strategies 10 to Reduce New HIV Infections**. , 2010. Disponível em: <https://unaids-test.unaids.org/sites/default/files/unaids/contentassets/documents/unaidspublication/2010/JC2007_Combination_Prevention_paper_en.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021
- ZUCCHI, E. M. et al. Da evidência à ação: desafios do Sistema Único de Saúde para ofertar a profilaxia pré-exposição sexual (PrEP) ao HIV às pessoas em maior vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 7, 2018.